



**MUNICÍPIO DE CUBA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**  
**Ata Nº18**  
**27-02-2025**

Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e cinco, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Cuba, pelas vinte e uma horas, no Auditório da Biblioteca Municipal de Cuba, com a seguinte ordem de trabalhos.-----  
-----  
-----

**ANTES DA ORDEM DO DIA: -----**

**1- INFORMAÇÕES; -----**

**2-- RATIFICAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ANTERIOR. -----**

**3 - ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO. -----**

**ORDEM DO DIA: -----**

1 – Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade municipal, feita nos termos da alínea c) do nº.2 do artigo 25.º da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, no período de **01/12/2024 a 31/01/2025. Para conhecimento.** -----  
-----

2 - Proposta de **transferência de verbas para as freguesias do concelho no decurso do ano de 2025**, no âmbito das competências cometidas à AM pela alínea j) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual. **Para deliberação;** -----  
-----

3 - Proposta para **declaração de interesse público municipal da expropriação da parcela de terreno para ampliação do cemitério de Vila Alva**, no âmbito das competências cometidas à AM pelo n.º 2 do art.º 14.º da Lei n.º 168/1999, de 12 de setembro, na sua redação atual. **Para deliberação;** -----  
-----



4 - Apreciação da **versão final dos Instrumentos de planeamento da Rede Social de Cuba – 2024/2028 – 1 – Diagnóstico Social; 2 – Plano de Desenvolvimento Social; 3 – Plano de Ação, âmbito das competências cometidas à AM pela alínea h) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual. Para deliberação;** -----  
-----

5 - **Esclarecimento do teor da deliberação tomada em dezembro de 2021 sobre as remunerações dos dirigentes de 3.º e 4.º grau do mapa de pessoal da Câmara Municipal no âmbito das competências cometidas à AM pelo n.º 3 do art.º 4.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, na sua redação atual. Para deliberação;** -----  
-----

6 - Apresentação para conhecimento e fiscalização **dos documentos previsionais referentes ano civil e económico de 2025 da empresa municipal - CEFPDDM, Unipessoal, Lda., E.M.,** competências cometidas à AM pelas alíneas a), b) e c) do n.º 1 do art.º 42.º da Lei n.º 50/2012, de 30 de agosto, na sua redação atual. **Para conhecimento;** -----  
-----

7 - Apreciação da **proposta de assunção expressa dos compromissos plurianuais com o empréstimo de médio/longo prazo no valor de 1.750.000€ para fazer face aos custos com a Empreitada de Reabilitação de Caminhos Municipais e arruamentos conexos no concelho de Cuba,** porquanto a despesa intrínseca é superior aos 30.000€ anuais, inserta na autorização genérica concedida pela AM à CM para o ano de 2025. **Para deliberação;** -----  
-----

O Presidente da Assembleia saudou todos os presentes , declarou aberta a sessão e pediu para que fosse feita a chamada. -----  
-----

**Estiveram presentes nesta sessão os seguintes membros:** -----

- João Duarte Oliveira Brito Palma; -----
- Carlos José Maltez Almeida; -----
- Francisco Eduardo Beirão Galinha; -----
- Helena Sofia Pereira Ferreira Lança; -----
- Teresa José Leão Isidro Galó; -----
- José Francisco Ribeiro Roque; -----
- Francisco Manuel Carapuça Fitas; -----
- André Chaveiro Vargas; -----
- Bruno Filipe Pacheco Arvanas; -----
- Dulce de Fátima Remechido Carvalho Vasco; -----
- Luís Carlos Cardoso Varela; -----

Luís António Botecas Varela; -----  
Pedro Miguel Galinha Machado; -----  
Júlia Maria Mourata Costa Baltazar; -----  
Fernando Manuel Corexo Candeias ; -----  
José António Cardeira Machado; -----  
António Francisco Fragoso Ramos;-----  
Diogo José da Silva Machado; -----

**Faltaram a esta sessão os seguintes deputados :** -----  
José Alberto Lança Pacheco-----

Estiveram também presentes nesta sessão,o Presidente João Português,o Vice-Presidente Filipe Chora, a Vereadora Sandra Serrano, os Vereadores Hugo Soudo e Jorge Caixeiro, e o Chefe de Divisão Dr. Vítor Fialho. -----

**Antes da Ordem do Dia :** -----

**1 – INFORMAÇÕES ;** -----

**Presidente Assembleia** – deu conhecimento da correspondência recebida. Enumerou os eventos onde a Assembleia esteve representada. -----

**2 – RATIFICAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ANTERIOR.** -----

**A ata da sessão anterior foi aprovada por maioria com 4 abstenções.** -----

**Não se registaram intervenções.** -----

**3– ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO ;** -----

**Deputado Carlos Almeida** – leitura de Declaração “ 3 anos de Guerra na Ucrânia”. -----

*“Senhor Presidente da Assembleia, Membros da Assembleia Municipal e Público presente,*

*No passado dia 24 de fevereiro, assinalaram-se três anos desde o início da guerra na Ucrânia. Três anos de resistência, de coragem e de luta pela liberdade.*

*Hoje queremos lembrar as palavras do Presidente Volodymyr Zelensky na véspera da invasão russa, em forma de apelo ao mundo e ao seu próprio povo: “Se eles (Rússia) atacarem, se tentarem tomar o nosso país — a nossa liberdade, as nossas vidas, as vidas dos nossos filhos — vamo-nos defender. (...) Ao atacar, verão os nossos rostos, não as nossas costas.” Zelensky deixou ainda claro que os ucranianos conhecem o seu passado, mas querem construir a sua própria história.*

*Três longos anos de guerra na Ucrânia resultaram em números alarmantes de vítimas e deslocados. De acordo com o Relatório Mundial 2025 da Human Rights Watch, entre fevereiro de 2022 e novembro de 2024, foram registadas 12.162 mortes de civis ucranianos e 26.919 feridos. Além disso, mais de 6,7 milhões de ucranianos refugiaram-se no exterior, enquanto milhões permanecem deslocados internamente. Estima-se que mais de 19.500 crianças tenham sido levadas sem o consentimento das suas famílias, sendo que a Ucrânia conseguiu repatriar 388 delas até ao momento. Há uma geração inteira de ucranianos a crescer em tempos de guerra num país onde mais de 10% do parque habitacional foi destruído ou danificado deixando pelo menos 2 milhões de famílias sem abrigo adequado. Mais de 3600 escolas e universidades foram atacadas, forçando centenas de milhares de crianças e jovens ucranianos ao ensino à distância. A continuação dos ataques russos contra o sistema de energia após três invernos consecutivos deixou muitas cidades sem eletricidade, aquecimento e serviços essenciais em condições degradantes. Totalizamos, neste momento, 12,7 milhões de pessoas a necessitar de ajuda humanitária.*

*Enumeram-se mortes, deslocados, deportados, vítimas de tráfico de crianças, mulheres e jovens, mas nunca conseguiremos atribuir um número à dor, ao sofrimento e à raiva de um povo que não se deixa esmagar pela força bruta. A história mostrou-nos, demasiadas vezes, grandes potências decidirem sobre o futuro dos países mais pequenos. No entanto, para além de a Ucrânia ser o maior país inteiramente localizado na Europa, provou ao mundo que é muito maior do que o espaço geográfico que ocupa — é uma nação forte e determinada, que não desiste. A par da perda e da dor, nasce também um sentimento de solidariedade e de esperança na reconstrução do país e no futuro. Esta tem sido a estratégia para a sobrevivência de milhões de ucranianos.*

*Hoje, neste terceiro aniversário da invasão, o nosso apelo é claro: a Ucrânia deve continuar a resistir. Não está apenas em causa um conflito armado, mas sim a soberania, a independência e o direito de um povo decidir o seu próprio destino.*

*Neste momento, assistimos a movimentos políticos internacionais que ameaçam a estabilidade europeia. Este não é apenas um conflito entre dois países — é um embate entre os valores da democracia e a imposição da força. A crescente influência de líderes autoritários e o enfraquecimento da unidade europeia podem comprometer não apenas a segurança da Ucrânia, mas também a segurança coletiva do nosso continente.*

*Perante isto, qualquer acordo de paz que seja discutido sem a presença da Europa e, acima de tudo, sem a participação ativa da Ucrânia, não será um verdadeiro acordo de paz, mas sim uma tentativa de impor um destino a um povo que já demonstrou, vezes sem conta, que não se submete. A Ucrânia não pode ser tratada*

como moeda de troca num jogo de interesses entre potências externas. A sua soberania e integridade territorial devem ser respeitadas e garantidas.

O mundo não pode cair na armadilha da propaganda. Putin não quer a paz – quer submissão.

Por isso, hoje e sempre, defendemos que a Ucrânia tem direito a existir, a ser livre e a construir o seu próprio futuro. A sua resistência não pode ser em vão.

Glória à Ucrânia!" -----

-----  
**Deputado André Vargas** – disse que ao fim de três anos, confirma-se que a guerra na Ucrânia não é entre russos e ucranianos, mas sim entre duas potências com interesses geopolíticos e económicos, interesses esses que se sobrepõem à Paz e à vida humana, e deixam o povo ucraniano e a União Europeia à margem das negociações. ---

-----  
**Deputado Carlos Almeida** – considerou que este tipo de discurso já devia ter sido ultrapassado, não fazendo sentido, devendo a PCP assumir que um país invadiu outro. -----

-----  
**Deputado José Roque** – afirmou que defenderá sempre a liberdade, com valores e direitos, mostrando-se a favor da queda de muros e contra a invasão de países, por países soberanos. -----

-----  
**Presidente Assembleia** – lembrou que felizmente, os deputados têm liberdade para falar e expor as suas opiniões e que há três anos foi votada por unanimidade uma moção sobre a Invasão da Ucrânia. Acrescentou ainda, que entende a intervenção do deputado André Vargas, não a colocando da mesma forma. -----

-----  
**Deputada Dulce Vasco** – leitura de Saudação sobre o Dia Internacional da Mulher. -----

-----  
**“8 de Março - Dia Internacional da Mulher, um símbolo da luta e aspiração das mulheres à emancipação social**  
Na passagem do dia internacional da mulher os eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Cuba saúdam as mulheres que vivem, trabalham ou estudam no nosso concelho, as que afirmam o valor da participação das mulheres no pulsar da vida local - coletividades de cultura e recreio, no teatro, no desporto, nos bombeiros, nas forças de segurança, nos sindicatos entre outras entidades e organizações sociais -;

Uma saudação ainda às trabalhadoras do Município e das freguesias, que nas diversas áreas de intervenção contribuam para garantir a prestação de serviço público que garante o funcionamento da vida do concelho – desde a limpeza urbana, aos jardins, o atendimento à população, no ambiente e urbanismo, nas escolas e equipamentos desportivos e culturais ou no apoio ao trabalho dos eleitos nos órgãos autárquicos. Uma saudação, que naturalmente, se estende às eleitas nos diversos órgãos autárquicos.

Assinalar o Dia Internacional da Mulher é prosseguir com o simbolismo desta data que, desde 1910, se transformou num símbolo da luta das mulheres em todo o Mundo pelos direitos das mulheres, justiça social e pela Paz.

Em Portugal, num tempo em que era proibida a sua comemoração, as mulheres assumiram esta data como um símbolo de luta pelo derrube do fascismo, contra a guerra, por melhores salários e condições de vida dignas, pela liberdade e por direitos.

Desde a primeira comemoração em liberdade e democracia - 8 de Março de 1975, até aos nossos dias, o Dia Internacional da Mulher tem sido uma oportunidade para dar voz às mulheres na sua exigência de igualdade no trabalho, na família e na sociedade nos 365 dias do ano.

Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Cuba afirmam o seu compromisso:

Para com a valorização da participação das mulheres na sociedade e pelo direito de serem realizadas políticas que ponham fim às persistentes desigualdades e discriminações e pela limitação do exercício de direitos no trabalho, na família, na maternidade, no acesso a cuidados de saúde, em particular na saúde sexual e reprodutiva, na participação política, na cultura ou no desporto. As mulheres continuam a enfrentar várias formas de violência, nomeadamente a violência doméstica e a exploração na prostituição.

Para a defesa de mais e melhores serviços públicos de proximidade e qualidade condição necessária para efetivar a igualdade, em especial no SNS assegurando o direito de todos à saúde, o adequado acompanhamento da gravidez, parto hospitalar e cumprimento da lei da IVG.

Pela responsabilidade do Estado no reforço de recursos humanos, técnicos e financeiros para que os serviços públicos – centros de saúde, hospitais, escolas, universidades, forças de segurança, policia criminal, Ministério Público e serviços de segurança social – possam concorrer para a eficácia dos instrumentos legais de prevenção da violência doméstica, de adequada proteção das vítimas, de uma efetiva intervenção com programas dirigidos aos agressores para prevenir e combater a reincidência desta grave prática social.

Por uma Estratégia de Prevenção e combate à exploração das mulheres na prostituição, com a implementação de programas de saída para quem assim o queira fazer. Uma estratégia que não criminaliza, nem estigmatiza as mulheres, antes reconhece que o Estado tem que reconhecer que estamos perante uma intolerável forma de violência sobre as mulheres sujeitas a este negócio sórdido, mas que igualmente atenta contra a dignidade e direitos de todas as mulheres.

E saúdam todas as mulheres, trabalhadoras, mães, avós, estudantes da freguesia / do concelho, reconhecendo o valor da sua imprescindível participação enquanto motor transformador da sociedade.” -----

-----  
**Deputada Helena Lança** –leitura de Declaração sobre o Dia Internacional da Mulher. -----

-----  
“No próximo 8 de março assinalamos o Dia Internacional da Mulher, um dia de celebração e memória, de luta e reivindicação. Queremos lembrar e prestar homenagem a todas as mulheres deste País. Às que sofreram em silêncio ou num entorpecimento indiferente de quem vive aprisionada por dentro e por fora, e às que ousaram lutar ativamente na sua casa, no seu trabalho ou na sociedade pelo direito à liberdade. Entre tantas que poderíamos nomear, recordamos Adelaide Cadete nascida numa família pobre, aqui no Alentejo, com esforço e inteligência se formou em Medicina e lutou pelo direito à educação e ao voto das mulheres. Lembramos Carolina

B

*Beatriz Ângelo, a primeira a exercer o direito de voto em Portugal. Regina Quintanilha, a primeira licenciada em Direito e Maria de Lourdes Teixeira pioneira da aviação feminina. Recordamos ainda, Cesina Bermudes que trouxe inovação à Medicina com o parto sem dor, e Alda Nogueira resistente anti-fascista. Reavivamos a jornalista Maria Lamas que deu rosto e voz à coragem silenciada das mulheres deste país enquanto Amália Rodrigues desafiou o conservadorismo com um fado que ecoava a liberdade. O pioneirismo de Maria de Lourdes Pintassilgo que foi um exemplo vivo que a vida não tem lugar para espetadores e Natália Correia e Paula Rego que expressaram a condição feminina através da palavra e da arte. Por fim, lembramos o exemplo de Maria Teresa Horta que fez da escrita um ato de desobediência e resistência. Muitas destas mulheres e tantas outras sofreram as mais variadas formas de violência física e psicológica, como a prisão, a tortura e a crítica corrosiva, por desafiarem o seu tempo, para que hoje possamos estar aqui presentes nesta Assembleia a falar em igualdade como um direito e não como um privilégio. Oito de março é também um dia de luta porque a desigualdade ainda persiste e continua a limitar as mulheres em múltiplas áreas. No mundo do trabalho o peso da maternidade ainda recai sobre nós como um obstáculo e não como um direito, ganhamos menos, progredimos profissionalmente devagar e enfrentamos dificuldades acrescidas na conciliação entre a vida profissional e familiar. Na política basta olhar à nossa volta, as mulheres continuam sub representadas, a nível mundial ocupam apenas 26% dos assentos parlamentares, 35% dos lugares em governos locais e 28% nos cargos de gestão no mercado de trabalho. Mantendo-se o atual ritmo de mudança só em 2050 é que 30% dos cargos de gestão serão ocupados por mulheres. Noutras áreas como o Desporto, a Ciência e Tecnologia apesar de se evidenciarem ainda continuam a receber menos apoios e a ter menor visibilidade enfrentando maiores dificuldades na progressão da carreira. É uma desigualdade que se manifesta nas formas mais evidentes, às mais subtis mas sempre presentes. As mulheres são interrompidas mais vezes, as suas opiniões menos consideradas, as suas escolhas, as suas prioridades são mais escrutinadas e o seu valor profissional é frequentemente questionado. O dia Internacional da Mulher é ainda, um dia de reivindicação porque a igualdade plena ainda não foi alcançada. Nos últimos tempos temos assistido impotentes à morte de mulheres às mãos dos seus maridos e companheiros, muitas vezes com os filhos a assistir, tragédias que destroem vidas e deixam cicatrizes irreparáveis. Não podemos aceitar que esta realidade continue, precisamos de leis mais eficazes, medidas de proteção mais fortes e uma estratégia nacional que combata a violência de género de forma implacável. Mas a desigualdade também se instala na saúde materna onde o encerramento de maternidades em várias regiões do País deixa tantas mulheres sem acesso imediato a cuidados essenciais. Não podemos permitir que os direitos reprodutivos e a segurança das mães e dos recém nascidos sejam tratados com descaso. Diz um provérbio chinês que as mulheres sustentam metade do céu, mas ao longo da história sustentaram muito mais do que isso, sustentaram o peso da desigualdade, do preconceito e da invisibilidade e ainda assim continuam a erguer-se, a resistir e a transformar o mundo. Por todos estes motivos, neste 8 de março o nosso compromisso deve ser claro, não podemos aceitar retrocessos, não podemos calar-nos perante a violência, não podemos fingir que a igualdade já foi alcançada. Que este dia não seja apenas uma celebração, mas sim um compromisso renovado com a justiça, a dignidade e a liberdade. A luta continua.”*

---

1

-----  
**ESPAÇO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.** -----  
-----

-----  
**Não se registaram intervenções.** -----  
-----

-----  
**ORDEM DO DIA:** -----  
-----

1 – Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade municipal, feita nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, no período de 01/12/2024 a 31/01/2025. **Para conhecimento.** -----  
-----

-----  
**Não se registaram intervenções.** -----  
-----

-----  
**A Assembleia tomou conhecimento.** -----  
-----

2 - Proposta de **transferência de verbas para as freguesias do concelho no decurso do ano de 2025**, no âmbito das competências cometidas à AM pela alínea j) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual. **Para deliberação;** -----  
-----

-----  
**Não se registaram intervenções.** -----  
-----

-----  
**Considerando-se esclarecida a Assembleia, o Presidente da Mesa propôs a votação , o ponto foi aprovado por unanimidade.** -----  
-----

3 - Proposta para **declaração de interesse público municipal da expropriação da parcela de terreno para ampliação do cemitério de Vila Alva**, no âmbito das competências cometidas à AM pelo n.º 2 do art.º 14.º da Lei n.º 168/1999, de 12 de setembro, na sua redação atual. **Para deliberação;** -----  
-----

-----  
**Não se registaram intervenções.** -----  
-----

-----  
**Considerando-se esclarecida a Assembleia, o Presidente da Mesa propôs a votação , o ponto foi aprovado por unanimidade.** -----  
-----

4 - **Apreciação da versão final dos Instrumentos de planeamento da Rede Social de Cuba – 2024/2028 – 1 – Diagnóstico Social; 2 – Plano de Desenvolvimento Social; 3 – Plano de Ação, âmbito das competências cometidas à AM pela alínea h) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual. Para deliberação;** -----  
-----

**Vereadora Sandra Serrano** – apresentou os objetivos do plano, dizendo que são instrumentos estratégicos na área social que permitem uma atualização do diagnóstico social que tinha sido feito em 2022. Informou que o projeto tem uma duração de 27 meses, conta com a colaboração de duas técnicas afetas ao mesmo e a participação de instituições e associações do concelho, cujo principal objetivo é a identificação de pessoas, famílias e grupos em situação de vulnerabilidade ou risco de exclusão social. -----  
-----

**Considerando-se esclarecida a Assembleia, o Presidente da Mesa propôs a votação , o ponto foi aprovado por unanimidade.**-----  
-----

5 - **Esclarecimento do teor da deliberação** tomada em dezembro de 2021 sobre as remunerações dos dirigentes de 3.º e 4.º grau do mapa de pessoal da Câmara Municipal no âmbito das competências cometidas à AM pelo n.º 3 do art.º 4.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, na sua redação atual. **Para deliberação;** -----  
-----  
-----

**Não se registaram intervenções.** -----  
-----  
-----

**Considerando-se esclarecida a Assembleia, o Presidente da Mesa propôs a votação , o ponto foi aprovado por maioria com 6 abstenções dos deputados do Partido Socialista.** -----  
-----

6 - **Apresentação para conhecimento e fiscalização dos documentos previsionais referentes ano civil e económico de 2025 da empresa municipal - CEFPDDM, Unipessoal, Lda., E.M.,** competências cometidas à AM pelas alíneas a), b) e c) do n.º 1 do art.º 42.º da Lei n.º 50/2012, de 30 de agosto, na sua redação atual. **Para conhecimento;** -----  
-----  
-----

**Não se registaram intervenções.** -----  
-----  
-----

**A Assembleia tomou conhecimento.** -----  
-----

7 - Apreciação da proposta de assunção expressa dos compromissos plurianuais com o empréstimo de médio/longo prazo no valor de 1.750.000€ para fazer face aos custos com a Empreitada de Reabilitação de Caminhos Municipais e arruamentos conexos no concelho de Cuba, porquanto a despesa intrínseca é superior aos 30.000€ anuais, inserta na autorização genérica concedida pela AM à CM para o ano de 2025. Para deliberação; -----  
-----

Não se registaram intervenções. -----  
-----

Considerando-se esclarecida a Assembleia, o Presidente da Mesa propôs a votação , o ponto foi aprovado por maioria com 6 votos contra dos deputados do Partido Socialista. -----  
-----

II ESPAÇO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----  
-----

Não se registaram intervenções. -----  
-----

Terminada a ordem de trabalhos, e não havendo mais nada a tratar, a Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu por encerrados os trabalhos, dos quais, para constar se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo Presidente da Mesa da Assembleia e por mim, secretário que a redigi.  
-----

A Ata foi aprovada em minuta, por unanimidade, no final da sessão. -----  
-----

O Presidente:

*João Duarte Oliver Brito Palma*

O Secretário:

*Ane Isabel Galvão Horra Borges*